



**A. Domingues de Azevedo**  
Presidente da CTOC

**Opinião da CTOC** | A designação de "Técnico Oficial de Contas" é recente. Acredito que o tempo não volta para trás e os alicerces desta profissão – que também defende o interesse público – têm de estar assentes em terreno seguro

## Honorabilidade, credibilidade e qualidade

Qualquer profissão, seja ela qual for, é importante no funcionamento e dinâmica de uma sociedade organizada. Desde a funcionária da limpeza, ao motorista dos transportes colectivos, ao advogado, ao jornalista ou ao político. Todas encerram um desígnio convergente: o bem comum. Mas é legítimo reconhecer que existem profissões mais determinantes do que outras para o evoluir da sociedade, nomeadamente uma vertente que hoje tudo comanda, a economia. Os Técnicos Oficiais de Contas, para além de terem, por mérito próprio, conquistado o papel de interlocutores privilegiados entre a administração fiscal e os contribuintes, são os responsáveis pelos quantitativos que fazem girar o País – mais de 90% dos impostos passa pelas suas mãos, o que numa economia que há vários anos demonstra óbvias fragilidades, é uma missão de inegável serviço público. Mas para que exista dinheiro numa economia, que teima em não recuperar, são precisos profissionais competentes, que rejeitem concepções desvalorizadas da sua actividade e práticas facilitistas. Honorabilidade, credibilidade e qualidade são os vértices do triângulo que definem e balizam esta actividade profissional, e que tem visto ser injectado sangue novo com os jovens que acabam os seus cursos nas faculdades e que são aprovados nos exames de admissão à profissão. Mas mesmo nos neófitos valores, é

preciso inculcar uma mentalidade progressiva, consentânea com a sua idade, o que por vezes se revela um esforço inglório. Os TOC do amanhã, têm de provar, já hoje, que são capazes de ser bons profissionais, (porque não os melhores entre os melhores?) e o seu perfil tem de encaixar nas legítimas expectativas das Pequenas e Médias Empresas, que na sua esmagadora maioria empregadora os "nossos" qualificados profissionais.

Umbilicalmente ligada ao perfil do profissional, está a questão do Controlo da Qualidade. Uma matéria polémica, mas angular e decisiva para moldar o TOC que queremos no futuro. A solução passa por conceber e implementar sistemas de formação complementares dos conhecimentos e competências adquiridas após a preparação obtida na academia, hoje em dia manifestamente insuficiente, bem como o necessário *know-how* para a sua aplicação. A aposta na formação contínua e em permanência devia ser um ponto de honra para todos os profissionais, mesmo tendo em consideração que isso obriga a um sacrifício pessoal e das suas respectivas carreiras, devido à sobrecarga horária. Certamente por se ter descuidado este ponto ao longo dos anos, Portugal está a pagar bem caro esse desleixo e figura na cauda da Europa em praticamente todos os indicadores de educação das mais prestigiadas organizações internacionais.

Todavia, é bom ressaltar, que não há profissões consolidadas se os seus membros se opuserem a cultivar o valor da solidariedade. De pouco ou nada vale ter uma profissão com muitos milhares de membros, se estes não tiverem um espírito de classe arreigado e os custos de interioridade continuarem a ditar um fosso inultrapassável entre os grandes centros e as regiões geograficamente mais distanciadas. E esse cimento consegue-se através de união de todos, mas também com medidas concretas por parte da entidade reguladora da profissão, neste caso, a CTOC. O sistema de e-learning que pensamos introduzir no próximo ano vai, para além da ruptura com os métodos tradicionais de formação, aproximar as dezenas de milhares de membros que vivem neste País demasiado pequeno para assistir a divisões estéreis e sem sentido. Queremos dar este exemplo junto dos "nossos" e ampliá-lo à escala nacional, sempre a pensar no benefício de Portugal.

A designação de "Técnico Oficial de Contas" é recente. O órgão regulador tem tido a preocupação em ir ao encontro dos melhores padrões existentes, para qualificar e credibilizar. Acredito que o tempo não volta para trás e os alicerces desta profissão – que também defende o interesse público – têm de estar assentes em terreno seguro. ■